



II Simpósio Nacional de Educação

XXI Semana de Pedagogia

Infância, Sociedade e Educação

13 a 15 de outubro de 2010 - Anfiteatro Campus de Cascavel

ISSN: 2178-8669



AS ESCOLAS ITINERANTES NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST NO ESTADO DO PARANÁ

Francielle de Camargo Ghellere¹

Introdução

O presente estudo tem por objetivo entender as origens da Escola Itinerante, sua essência e necessidade e de modo evidente demonstrar algumas das propostas educacionais do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ainda que a escola em questão esteja atuando contraditoriamente no interior de uma sociedade regulamentada pelas leis do mercado, que tem o ser humano como meio para acumulação de capital. Nesse sentido, a educação tradicional trás conteúdos fragmentados, visa apenas a formar o sujeito preparado para produção, acumulação do capital, esta é a lógica de uma sociedade que nega o ser humano na sua essência.

Os Movimentos sociais no Brasil têm várias fontes e de acordo com o contexto histórico das relações econômicas do País, mas o problema fundiário e a sua origem estão situados a partir da segunda metade do séc. XX. Ao longo desse período, vinculados a questão da luta pela terra surgiu o MST. Em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel no Paraná foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A partir desse primeiro encontro, o Movimento toma âmbito nacional, com bandeiras próprias da luta pela terra.

Portanto, em um primeiro momento reivindicou apenas a questão da terra, com ocupações de grandes latifúndios, por essa ser a necessidade alarmante, básica de sobrevivência. De acordo com a realidade, o próprio Movimento sentiu a necessidade de construir escolas dentro das ocupações, desde as primeiras ocupações em 1979 - ocupação da fazenda Macali em Ronda Alta e também em 1981 na Encruzilhada

¹Formada em Pedagogia pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná no ano de 2009. Contato: francielleghellere@hotmail.com

Natalina, todas no Estado do Rio Grande do Sul.

Com as conquistas das terras, já em estado de assentamento, identificou-se um alto índice de analfabetismo, dificuldades para acesso a educação, discriminação por parte do poder público para construção de escolas nos assentamentos. Portanto, verifica-se que começa

a luta por escolas, pois tanto nos assentamentos quanto nos acampamentos havia carência de educação e um alto índice de analfabetismo e na concepção das lideranças do MST, a educação deveria estar presente.

No Paraná, a primeira escola emergencial foi instalada no município de Cascavel, em 1986 no trevo de Santa Tereza do Oeste. Havia naquela época, segundo depoimento de um assentado, aproximadamente trezentas pessoas no local, com aproximadamente quarenta crianças. As escolas emergenciais, eram construídas com lonas fornecidas pelos acampados, esse modelo de escola eram itinerantes, pois situavam-se onde as famílias estavam acampadas.

Segundo o Caderno da Escola Itinerante nº 01 (2008), no Paraná, um marco na luta pela legalização da escola foi uma experiência realizada no acampamento instalado em frente ao Palácio do Iguaçu em junho de 1999, organizou-se uma escola que funcionou por 14 dias, essa experiência foi batizada como Escola Itinerante, em referência as Escolas Itinerantes do Rio Grande do Sul.

A lei que regulamenta a Escola Itinerante nas ocupações do MST, q é a LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 5.692/71. O primeiro Estado a aprovar as Escolas Itinerantes é o Rio Grande do Sul. Aprovada e reconhecida oficialmente em 19 de novembro de 1996, com o nome de 'Experiência Pedagógica'. Esse projeto ainda foi com base na lei de 1971 porque a LDB 9394/96 ainda estava em processo de tramitação, sendo aprovado em Dezembro do mesmo ano.

Outro objetivo deste trabalho é também compreender se a Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, consegue colocar em prática os Princípios Filosóficos e Pedagógicos que estão contidos no Projeto Político Pedagógico. Este estudo parte dos pressupostos educacionais presentes no MST, apresentando diferentes situações encontradas nas escolas do Movimento.

Os seguintes dados inseridos nesse trabalho, partem do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, que é uma das escolas mantenedoras das escolas Itinerantes no Paraná.

Da premissa educacional do MST, surge a Concepção Filosófica e Pedagógica que nos remete às intrínsecas relações da conturbada sociedade de classes, onde a questão educacional vê-se diante de novos desafios, principalmente se tratando de Trabalhadores Rurais Sem Terra, desafios esses para implementar seus princípios filosóficos educativos, tendo em vista os seguintes dilemas: lutar pela superação da sociedade de classe ou manter uma educação diante dessa contradição?

A Concepção Filosófica está relacionada ao conteúdo necessário, associado à concepção de ser humano que o MST defende. Essa concepção determina o critério de seleção de conteúdos, baseado na perspectiva da superação do sujeito individualista, egoísta. Enfim, trata-se da concepção de sujeito, enquanto construtor de uma sociedade, centrada no ser humano. Fundamentalmente pautados no cooperativismo, associativismo, participação coletiva. Portanto, essa concepção trata de um projeto histórico da superação da sociedade de classe, da exploração do capital sobre o trabalho. O que não está presente no processo educativo é: como superar essa sociedade de classe?

A Concepção Pedagógica, que leva em consideração a Ciência da Educação, tem relação orgânica com a Concepção Filosófica. A pedagogia no MST pode ser entendida como a essência da práxis, ou seja, a aplicação da teoria revolucionária a uma prática revolucionária, também entendida como abstração da realidade objetiva, sistematização e novamente uma teorização associada a avaliação que remete a uma nova prática pedagógica para o exercício das atividades educativas, entendida como concepção Filosófica e Pedagógica.

A compreensão das práticas pedagógicas do MST remete-nos a possibilidade de conhecer as Escolas Itinerantes. Nessas escolas pode-se perceber que há uma nova forma de repensar a educação, colocando o ser humano como centro da preocupação. A educação é um desafio social, para atender as necessidades humanas. Assim sendo, essa prática torna-se instrumento mobilizador da ação pedagógica, o desafio da educação é para o homem, na sua relação com a natureza.

Escola Itinerante

As Escolas Itinerantes, instituições de ensino que propiciam acesso ao ensino formal dentro dos acampamentos do MST, surgem no Movimento em consonância as necessidades que as crianças e jovens dos acampamentos encontravam na locomoção para as escolas das cidades próximas. “*A escola Itinerante nasceu da necessidade e da luta dos acampados, especialmente das crianças*” (MST, 2005, p. 188).

A necessidade em se construir escolas dentro dos acampamento, se diferem tanto da locomoção dos acampados, quanto de um modelo de educação que atenda os princípios educativos do próprio Movimento, propostas educativas singular, paralela a reivindicação por terras.

Com a constante preocupação de que as crianças e os adolescentes não parassem de estudar no momento em que houvesse a ocupação por terras, surge a cerca de 13 anos a Escola Itinerante. Com base na LDB 9394/96, buscou-se a fundamentação da educação como direito que se afirma independente do lugar onde mora. Nesta perspectiva, é preciso buscar uma concepção mais ampla das dimensões tempo/espaço de aprendizagem, na qual educadores e educandos estabelecem uma relação de luta por educação com o entorno social e com as suas práticas, considerando o meio onde estão inseridas.

As Escolas Itinerantes são aprovada pelos Conselhos de Educação Estaduais, o primeiro Estado a aprovar a Escola Itinerante foi o Rio Grande do Sul. Segundo Luciano (2008), após dois anos de aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, a Escola Itinerante foi reconhecida oficialmente em 19 de novembro de 1996, com o nome de “Experiência Pedagógica”.

Para nos situarmos nesse processo, é fundamental esclarecer que as Escolas Itinerantes se diferenciam das Escolas dos assentamentos, não sendo um mesmo objeto. Como nos afirma Luciano (2008), “as escolas do assentamento sofrem maior controle das esferas públicas e a influência direta das estruturas e relações capitalistas, enquanto a Escola Itinerante, diferentemente, encontra-se num espaço privilegiado de formação pedagógica (p. 77).

As Escolas Itinerantes no Paraná funcionam como uma extensão do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. O Colégio Estadual Iraci está situado em um grande assentamento localizado em Rio Bonito do Iguazu – PR. O maior assentamento da reforma agrária do Brasil.

Para contextualizarmos as Escolas Itinerantes do estado do Paraná, temos que sobretudo, contextualizarmos a conquista do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, pois

nos mostra o resultado de uma conquista que se funde a luta por educação.

Segundo o MST, em 17 de abril de 1996, mais de 3.000 famílias Sem Terra ocuparam o latifúndio da Fazenda Giacomet-Marodim, em Rio Bonito do Iguaçu. Sendo que a desapropriação dos 26 mil hectares aconteceu em 1998, com o assentamento de 1.500 famílias.

Entre as 1500 famílias assentadas, havia muitas pessoas em idade escolar, sendo que a escola mais próxima era o Colégio Estadual José Alves dos Santos, no entanto este colégio era de difícil acesso, devido a distância.

O Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, nasce da necessidade da construção de uma escola para as 1500 famílias, a princípio uma extensão da Escola Estadual José Alves dos Santos, “Sua estrutura era um barracão grande e não havia divisórias, as salas eram imaginárias, tinha um grupo estudando ao lado do outro” (Projeto Político Pedagógico, 2008, p. 09).

O nome da escola homenageia uma forte líder do MST. Iraci Salete Strozak foi uma das primeiras pessoas que fizeram parte do Setor de Educação do Movimento, entre outras frentes de luta que marcam a forte presença de Iraci.

Cada vez mais surge a necessidade de escolas no MST, sendo que as pessoas que estão acampadas necessitam continuar suas vidas, até porque quando as famílias estão nessas áreas, não sabem quanto tempo será a permanência nestes locais. Sendo assim as crianças que estão nos acampamentos não deixam de estudar, e isto independe de sua condição de moradia.

Todos esses itens são relevantes para a luta por escolas, sendo assim no ano de 2004 o Setor de Educação, juntamente com a coordenação da SEED. Solicitou que o Colégio Iraci fosse a Escola base das Escolas Itinerantes do Estado do Paraná.

Conhecedores que existiam na época 67 acampamentos com aproximadamente 13 mil famílias com grande contingente de crianças, em sua maioria sem possibilidade de freqüência à escola, propusemos em aceitar esse desafio e contribuiu na possibilidade de dar o direito à educação também a essas crianças (idem, p. 18).

Ainda segundo o Projeto Político Pedagógico (2008) através da resolução nº. 614/2004 o Secretário de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando a LDB nº. 9394/96, Resolução nº. 01/02-CNE/CEB, Parecer nº1012/03 do Conselho Estadual de Educação autoriza a implantação das Escolas Itinerantes, que

descreve:

Art1º Autorizar a Implantação da Escola Itinerante nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que terá como mantenedor o Governo do Estado do Paraná e como Escola Base o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak - Ensino Fundamental e Médio, localizado no Assentamento Marcos Freire, no Município de Rio Bonito do Iguaçu, do NRE de Laranjeiras do Sul, a partir do ano letivo de 2004, com a oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (idem, p. 19).

A Escola mantenedora assume então a responsabilidade em montar os processos educacionais, já que por ser um colégio estadual não havia uma documentação legal para a educação infantil, e para o 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental.

§1º Para garantir a estrutura e o funcionamento da Proposta Pedagógica da Escola Itinerante, a Unidade Escolar citada no artigo servirá como Escola Base e será responsável pelo registro, guarda e expedição da documentação escolar do aluno assim como pelo suporte legal e pedagógico (idem, p. 20).

Podemos ressaltar que são muitas as dificuldades que a Escola enfrenta, e enfrentou para a construção da Escola, a princípio não foi cedido nenhum funcionário, mesmo com as 05 (cinco) Escolas Itinerantes que foram formadas em 2004, com um total de 79 turmas e 1.917 educandos. São elas:

- Escola Itinerante Paulo Freire, no município de General Carneiro com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos.
- Escola Itinerante Antônio Tavares, no Município de Espigão Alto do Iguaçu com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos.
- Escola Itinerante Chico Mendes, no Município de Quedas do Iguaçu com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos, 5ª a 8ª séries.
- Escola Itinerante Olga Benário, no Município de Quedas do Iguaçu com a modalidade de Educação Infantil, 1º e 2º ciclos, e 5ª a 8ª séries.
- Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, no acampamento Dorcelina Folador, no Município de Cascavel com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos.

Em 2005 o número de Escolas Itinerante passou para 09 (nove), havendo um aumento de quase cinquenta por cento de novas escolas. Contava com um total de 118

turmas e 2.642 educandos. São elas:

- Escola Itinerante Carlos Mariguella, no Município de Planaltina do Paraná com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos com 102 educandos.
- Escola Itinerante Ernesto Che Guevara, no Município de Jardim Olinda com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos com 155 educandos.
- Escola Itinerante Sementes do Amanhã, no Município de Matelândia com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos com 161 educandos.
- Escola Itinerante Novos Caminhos, no Município de Quedas do Iguaçu com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos com 67 educandos.

No ano de 2006 foi formadas mais 03 escolas, totalizando 12 Escolas Itinerantes.

- Escola Itinerante Zumbi dos Palmares II, no acampamento I de Agosto, no Município de Cascavel com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos com 109 educandos.
- Escola Itinerante Caminhos do Saber, no Município de Ortigueira com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos 172 educandos.
- Escola Itinerante, no Município de Amaporã com a modalidade de Educação Infantil e 1º e 2º ciclos com 42 educandos.

Em 2007 devido a dificuldade de acompanhamento da Escola Base, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná cria uma outra Escola Base no Município de Querência do Norte, noroeste do estado. Assim o Colégio Iraci passa a responder legalmente por seis Escolas Itinerantes, conforme quadro abaixo:

Nome das Escolas Itinerantes	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Acampamento	Município
		1º e 2º CBA	5 à 8ª série			
Escola Itinerante Oziel Alves	X	X				Cascavel
Escola Itinerante Zumbi dos Palmares	X	X	X	X	1º de Agosto	Cascavel
Escola Itinerante Sementes do Amanhã	X	X			Chico Mendes	Matelândia

Escola Itinerante Paulo Freire	X	X				Paula Freitas
Escola Itinerante Novo Caminho do Campo	X	X			4 de setembro	Céu Azul
Escola Itinerante Terra Livre	X	X			Terra Livre	Santa Tereza do Oeste

(idem, p. 20)

As Escolas Itinerantes oferecem o ensino fundamental de 1ª ao 5ª ano as crianças e adolescentes das comunidades acampadas.

Fator importante nas Escolas Itinerantes é que elas são escolas rurais. Sendo que estas escolas constituem de conteúdos, metodologia, didática, corpo docente, ou seja, tem sua própria organização.

Esta forma de organização é uma das formas existente de educação formal, e ela tem sua especificidade, pois considera a realidade campesina, e isto é fator de extrema importância, pois relata um tipo de educação quase que exclusiva as pessoas que pertencem ao campo.

A educação do campo não é questionada pela sociedade em geral, mas por uma parcela da sociedade, os movimentos sociais reivindicam uma educação voltada para as pessoas do campo, por isso dizemos que estamos rescrevendo a cultura do campo, que por muito tempo ficou esquecida.

A partir dos anos 90, os povos organizados do campo, especialmente o MST, conseguem agendar na esfera pública a questão da educação do campo como uma questão de interesse nacional ou, pelo menos, se fazem ouvir como sujeitos de direito e, finalmente abre-se à construção de uma Política Nacional de Educação do Campo (idem, p. 07).

Ao longo do tempo, as escolas rurais perderam seu espaço, como referencial do campo. Mesmo com a ampliação do ensino, afirmada pela Constituição Federal de 1988.

Podemos dizer que o MST resgata a discussão das escolas do campo, trazendo a importância de uma educação que atenda as pessoas que fazem parte de um espaço cultural, específico, e não atrasado, com ouvimos dizer. As escolas do MST, em especial

as Escola Itinerante, se tornaram um espaço da comunidade, que tem a responsabilidade pelo seu planejamento junto aos educadores e à coordenação.

De acordo com o Caderno de Educação nº13 do MST, por estar dentro do acampamento, as escolas refletem os problemas da comunidade, sendo este um espaço de diálogo das famílias.

Para o Movimento, as Escolas Itinerantes são formas de romper, não somente, com o fato das escolas ditas “normais”, não atenderem milhares de crianças na idade escolar, fator preponderante é a concentração econômica, e, no caso do MST principalmente a estrutura fundiária que exclui milhares de pessoas do sistema produtivo.

A preocupação com educação do campo ocorria desde a LDBN 4024/61, também com a LDBN 5.692/71. Como afirma LEITE *“Teoricamente abriu espaço para a educação rural, porém restrita em seu próprio meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios”* (1999, p. 47).

Podemos ressaltar que de fato não houve mudanças significativas nas escolas rurais, tendo grande defasagem em relação as escolas urbanas, esta primeira se destacava pelo latifúndio, sobretudo as técnicas de produção rudimentares, não entendida como espaço cultural, pois apenas reproduzia a escola urbana.

A LDBN 9.394/96 promove a desvinculação da escola rural da escola urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural, sendo que no artigo 26 há a descrição que nos currículos sejam inseridos conteúdos regionais. De certo modo um grande passo foi dado para a educação do campo, porém não se evidencia as bases para um planejamento que esteja ligado à vida rural, com professores, materiais, condições físicas, outros. Que sejam de acordo com os pressupostos necessário para o homem do campo.

Outro aspecto importante na LDBN 9.394/96, está em seu artigo 28, onde estabelece as normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

- II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Nos documentos analisados do MST, a concepção de educação do campo está estruturada da seguinte forma.

- Concepção de Mundo;
- Concepção de Escola;
- Concepção de Avaliação.

Na concepção de mundo, ressalta-se a importância da valorização da cultura do campo, abrangendo a história das pessoas, porém não deixando de conhecer outras formas de organizações.

A Escola busca resgatar a importância dos conhecimentos científicos, “*Um local de possibilidades onde acontece a ampliação dos conhecimentos e os aspectos da realidade*” (PPP, 2008, p. 28). A concepção de avaliação constitui-se como um diagnóstico do processo de ensino/aprendizagem, pois parte-se do princípio que desta forma aparecerão os aspectos que precisam ser melhorados na prática pedagógica.

Os eixos temáticos da educação do campo “*definidos nas Diretrizes Estaduais para a Educação do Campo, são entendidos como problemáticas centrais a serem focalizadas nos conteúdos escolares*” (idem, p. 29). Estes eixos são os seguintes:

- Cultura e identidade;
- Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável;
- Organização política, movimentos sociais e cidadania;
- Trabalho.

A Cultura é abordada como toda produção que se constrói a partir da constante relação homem/natureza. Compreendida de maneira ampla, valorizando a cultura e a identidade do sujeito do campo.

O eixo temático Interdependência Campo-Cidade, busca a compreensão e as características sociais entre essas duas realidades. Compreendendo a predominância e a problemática da questão agrária no Brasil, bem como a dimensão sócio-ambiental em nosso meio.

O terceiro eixo, baseia-se nas organizações políticas sociais do povo do campo por meio de reivindicações de condições de trabalho, e divisão da terra por meio da

reforma agrária.

O eixo Trabalho, considera o Trabalho como transformação da natureza pelo homem. Refletindo a organização produtiva na sociedade capitalista bem como em outros modos de produção.

Organização do trabalho pedagógico: Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Segundo o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Iraci Salette Strozak, sua proposta é para atender a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Normal, do Assentamento Marcos Freire de Rio Bonito do Iguaçu – PR. O Colégio organiza a Educação seguindo a legislação vigente.

A Educação Básica está organizada por Ciclos, sendo que compreendendo 5 ciclos da vida humana.

Os ciclos se fundamentam no processo de desenvolvimento humano numa temporalidade: Infância – Pré-adolescência – Adolescência – Juventude – Idade Adulta – Velhice. Elas não significam apenas uma mudança de estrutura da escola, ainda que essa organização também interfira nos modelos de ensino (PPP, 2008, p. 34).

As modalidades de organização em ciclos de que a escola dispõe, está garantida na LDB, onde esta propõe em seu Artigo 23 a organização do ensino por ciclos de aprendizagem.

Do ponto de vista legal, a flexibilização que a LDB assegura quanto à organização dos tempos escolares implica, em tese, que em qualquer uma das alternativas apresentadas (modalidade por ciclo ou seriada) está implícita uma proposta de educação coerente com os princípios legais.

O atendimento ao Ensino Fundamental, está regulamentada de acordo com a Lei Nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, onde em seu Artigo 32 está descrito que o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

O Ensino Fundamental organiza-se em três ciclos:

- I Ciclo, corresponde ao Ciclo da Infância na Educação Infantil, compreende o atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade,
- II Ciclo atende a criança de 6, 7 e 8 anos;

- III Ciclo atende as idades de 9, 10 e 11 anos;
- IV Ciclo com as idades de 12, 13 e 14 anos.

O que chama a atenção refere-se ao fato de que *“não ocorre reprovação e a avaliação ocorre através da elaboração de diagnósticos avaliativos sistemáticos, processuais, cumulativos, tendo como instrumentos os pareceres, notas e as pastas”* (idem, p. 39).

Projeto Político Pedagógico: um projeto e duas propostas curriculares

Na Escola, o Projeto Político Pedagógico é a maneira de se materializar a realidade a ser trabalhada, a fim de se tornar uma forma eficiente, deve ser construída e vivenciada por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

O termo Político se dá por articular o compromisso da educação aos interesses da comunidade. Pedagógico pelas ações educativas, possibilitando a intenção escolar à formação do cidadão.

No PPP da Escola discute-se a importância da construção de um projeto coletivo. Porém, a forma de contratação do Estado dificulta que alguns educadores permaneçam por um grande período neste estabelecimento de ensino por não fazerem parte do Quadro Próprio do Magistério.

Podemos ressaltar que esse “rodízio” de professores ainda continua:

A rotatividade dos educadores e a precarização dos contratos. Muitos assumem de fato a proposta e fazem acontecer a educação que fora estruturada e construída, partindo dos princípios da educação do campo e da formação do sujeito Sem Terra, mas isto não é consenso entre os educadores (idem, p. 14)

Na proposta da Escola analisada podemos assegurar que a mesma encontra dificuldades em construir uma proposta de educação que contemple à emancipação humana. Este preceito se mostra uma problemática, pois a rotatividade dos educadores não permite a continuidade do processo de construção do PPP.

No documento analisado, vemos claramente a preocupação com a rotatividade dos educadores.

Como garantir a participação de todos? Como realizar o projeto político pedagógico? Como concretizar resultados positivos? Toda esta problemática gera descontentamentos, uma vez que para os que permanecem todo o ano inicia-se novamente muitas das discussões e para os novos fica a sensação de imposição. Este tem sido um dos limites na efetivação deste Projeto. (idem, p. 14).

Dessa maneira, compreendemos claramente que as Escola Itinerante encontram barreiras para alcançar os Princípios Filosóficos e Pedagógicos que estão contidos no P P P. A continuidade nos princípios educativos são preponderantes para alcançar a educação que objetiva-se.

Segundo Ivo Tonet no livro Educação, Cidadania e Emancipação Humana, alguns requisitos são necessários para alcançar a atividade educativa emancipadora que pretende contribuir para a emancipação humana.

O primeiro seria o conhecimento, o mais profundo e sólido possível da natureza do fim que se pretende atingir (...) O segundo é a apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em suas dimensões reais e particulares (...) O terceiro, está no conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação (...) O quarto requisito está em uma prática emancipadora no domínio dos conteúdos específicos (...) O quinto e último está na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva (p. 226 a 235).

Outro ponto inerente para uma proposta com bases sólidas está na proposta de ciclo básico e outra seriada, dentro de um mesmo projeto. *“Primeiro porque estas duas formas de organização não comungam de um mesmo referencial teórico, por outro reforça a fragmentação curricular instaurada no projeto político pedagógico”* (PPP, 2008, p. 15).

O PPP demonstra claramente que tanto no I, II e III ciclos, como na seriação que corresponde as séries posteriores, encontra-se problemas, sobretudo ao que diz respeito aos índices de defasagem e reprovação. *“Depois de vários séculos de nova ordem, o número dos excluídos desse reino continua sendo bem mais numeroso do que os eleitos, os educados e civilizados”* (ARROYO, 2001, p. 36).

Ao processo de acompanhamento e avaliação do PPP, podemos dizer que envolve pelo menos três momentos, sendo eles:

- Descrição e a problematização da realidade escolar;

- Compreensão crítica da realidade descrita e problematizada;
- Proposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva.

Para que ocorra o processo de acompanhamento a gestão democrática precisa efetivar-se no contexto escolar. Ainda segundo o PPP, será feito permanentemente, porém com mais ênfase ao final do ano letivo.

Princípios da Educação na Escola Itinerante

Os princípios que fundamentam a educação desta Escola são desde os princípios da educação do Movimento, que articulados apontam formas de conceber a formação humana na escola e indicam para a organização do trabalho pedagógico. São eles:

- Educação para a transformação social
- Educação para as várias dimensões do ser humano
- Educação com/para os valores humanistas e socialistas
- Educação como um processo permanente de formação e transformação humana
- Relação teoria e prática
- A realidade e a pesquisa como base da produção do conhecimento e os tempos educativos
- Organização dos tempos educativos através de ciclos de formação humana
- Conteúdos formativos socialmente úteis
- Educação para o trabalho e pelo trabalho
- Educação para o trabalho e a cooperação
- Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos, econômicos e culturais.
- Gestão democrática
- Auto-organização dos educandos
- Formação permanente dos educadores

Para que esses princípios se concretizem, algumas estratégias são necessárias, ou seja, finalidades para alcançar uma educação humana em suas diversas dimensões, e esta se viabilizará com táticas, que são os meios para alcançar os fins, na qual as pessoas possam despertar para uma visão crítica e compromissada, podendo assim enxergar as injustiças, e a partir disso possam lutar contra a concentração de riqueza, lutar por terra,

por mudança na ordem social, partindo desses princípios.

Conclusão

As Escolas Itinerantes do MST não estão isentas de falhas, estão inseridas em uma sociedade que nega o ser humano, da forma mais cruel e perversiva. Suas propostas de Educação, apresenta-nos um viés da educação a serviço do capital, onde encontra-se a preocupação com a formação humana, mas esta se depara com a sociedade que está inserida.

Ao olharmos para a práxis educativa do MST, percebemos claramente que este constrói sua pedagogia através da experiência do coletivo, os sujeitos constroem sua identidade ao lutarem por uma sociedade justa. Das pesquisas e entrevistas feitas, compreende-se claramente que a identidade Sem Terra, é assumida, pelos sujeitos que participam da luta.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Iraci Salete Strozak, discute-se a importância da construção de um projeto coletivo. Porém, como descrito no próprio documento: a forma de contratação do Estado dificulta que alguns educadores permaneçam por um grande período neste estabelecimento de ensino, por não fazerem parte do Quadro Próprio do Magistério. Observa-se que uma das grandes dificuldades da Escola Itinerante é que: O Projeto Político Pedagógico, basea-se tanto para o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, quanto para as Escolas Itinerantes, dessa forma, fragmenta-se o trabalho desenvolvido em ambas escolas.

Esse estudo foi um passo, ainda que pequeno, no entendimento das propostas do MST. Objetiva-se dar continuidade a esse estudo, e primordialmente contribuir para as propostas de EDUCAÇÃO que visam a construção de outras formas de fazer/pensar educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n.º 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

COLÉGIO ESTADUAL IRACI SALETE STROZAK **Projeto Político Pedagógico**. Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Normal. Assentamento Marcos Freire. Rio Bonito do Iguaçu, 2008.

LEITE, C. S. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, J. F. **Gestão democrática e ocupação da escola**: o MST e a educação. Porto Alegre: EST, 2004.

MST. **Caderno de Educação**, n. 13, Edição Especial. Dossiê MST – Escola. Documentos e Estudos – 1990/2001. Veranópolis: ITERRA, 2005. 263 p.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijui, 2005.